

“Reavaliando o Anti-Tráfico: feminismos cambojanos e realidades das trabalhadoras sexuais” (...e Somaly Mam) por Heidi Hoefinger

Como é o feminismo no Camboja? Ele se configura de muitas formas. Mulheres lutando por seus direitos em resposta a despejos forçados de suas terras pelos governos dominados por homens e corporações internacionais. Trabalhadores da indústria de vestuário em greve contra os seus patrões (a maioria) do sexo masculino para o aumento salarial e melhores condições de trabalho. As mulheres políticas que tentam ter suas vozes ouvidas na política rigorosa de dominação masculina. As trabalhadoras do sexo e transgêneros exigindo respeito e reconhecimento como seres humanos para as decisões que eles fazem para vender sexo. Os três primeiros exemplos são território bastante controverso dentro do debate feminista, em que eles geralmente são acordados como questões dignas e aceitáveis, pois todas as mulheres devem ter o direito à sua terra, para melhorar as condições de trabalho da fábrica, e de participar na política. Mas o quarto exemplo continua a ser um campo de batalha ideológico feroz.

O discurso feminista dominante em torno do trabalho sexual no Camboja, pelo menos o mais audível devido à hegemonia da "indústria de resgate" internacional é o de "anti-trabalho sexual", do feminismo abolicionista. Dentro desse modelo, a prostituição é confundida com o tráfico sexual e é, portanto, sempre visto como um ato de violência contra as mulheres; nenhuma 'mulher prostituída' poderia voluntariamente decidir fazer este trabalho, e, portanto, ela deve ser resgatada a partir dele e ensinada a outros como qualificação profissional, costura, para que ela possa participar de formas de trabalho mais 'dignas', como o trabalho de fábrica; e qualquer tipo de "mulher prostituída" que não se identifique como uma vítima e tenha necessidade de ser salva é simplesmente um peão objetivado do patriarcado. Assim, a indústria do sexo e da escravidão sexual (considerada uma e a mesma coisa), essencialmente, deve ser abolida.

Uma das abolicionistas mais visíveis no Camboja foi Somaly Mam. Nascida no Camboja, Somaly Mam e a Fundação Somaly Mam (SMF), tornaram-se mundialmente famosos graças aos esforços de Somaly Mam em termos internacionais sobre suas próprias experiências como uma vítima de tráfico, órfã que supostamente passou sua vida escravizada por vários homens violentos e donos de bordéis. Estas histórias foram cuidadosamente detalhada em seu livro de memórias, *The Road to Lost Innocence* (2005). Como resultado de suas confissões, e o desfile de outras 'vítimas' do sexo feminino de tráfico na frente das câmeras, para que pudessem descrever o seu abuso em detalhes escabrosos, Somaly Mam ganhou prêmios e milhões de dólares sinceros. Ocidentais e celebridades ricas, tanto indignados e movidos pelas "histórias de trauma" generosamente abriram suas bolsas para que ela pudesse continuar seu resgate-trabalho, um trabalho que envolve a polícia em invasões de bordéis, que a acompanha a fim de resgatar as mulheres (que não necessariamente querem ser resgatadas) e detendo-as em abrigos profissionais, ou enviando-as para "centros de reabilitação" patrocinados pelo governo (que, no Camboja, nada mais são do que prisões).

O problema com o trabalho de Somaly Mam é que foi em grande parte baseado em mentiras e exageros. De acordo com o jornalista investigativo Simon Marks, que

denunciou a história recentemente na revista Newsweek de maio de 2014, ela não era uma escrava sexual órfã na maioria de sua jovem vida. Em vez disso, ela foi criada por seus pais biológicos e frequentou a escola até o ensino médio (um privilégio que muitas meninas não têm no Camboja devido às desigualdades de gênero na educação). Em pelo menos dois casos, as jovens mulheres que desfilaram na frente dos meios de comunicação não eram vítimas de tráfico sexual – mas foram persuadidas a dizê-lo, a fim de levantar fundos para SMF e as ONGs anti-tráfico Somaly Mam no Camboja, AFESIP (Agir Pour Les Femmes en Situation Précaire).

Depois de ver essas revelações na imprensa, eu fiquei com duas questões feministas: Como é este tipo de exploração feminista para ganho pessoal diferente dos cafetões masculinos e outros terceiros que lucram com o trabalho de profissionais do sexo que ela (Somaly) se opõe tão veementemente em seu trabalho de combate ao tráfico abolicionista? Quais foram as consequências dessas táticas abolicionistas supostamente falsas e antiéticas para outras profissionais do sexo no Camboja?

A resposta a primeira pergunta é simples: em muitos aspectos, não é diferente. Ela tem usado as mulheres pobres e histórias fraudulentas para seu próprio ganho e prestígio internacional que funciona apenas para criar um problema de credibilidade para as sobreviventes reais de abuso. Ela é culpada de exploração para o lucro, e as consequências disso - influenciou um tipo de combate ao tráfico que tem sido prejudicial para muitas outras pessoas no Camboja, que ganham a vida a partir do sexo comercial.

O movimento anti-tráfico que Somaly Mam ajudou a impulsionar (começando com sua primeira aparição pública em um documentário francês em 1998 com uma menina cambojana que supostamente fez o teste para contar histórias inventadas de sua própria escravidão sexual), ganhou impulso quando a agenda de combate ao tráfico se tornou uma prioridade do governo Bush no início da década de 2000. Em 2003, foram implementadas a 'Lei AIDS Global "e as" Vítimas de Tráfico - Lei de Proteção Reautorização', que criou uma série de condições para as organizações receberem financiamento dos EUA para o HIV ou o programa anti-tráfico. Uma dessas condições era a "promessa de anti-prostituição", o que exigiu dos beneficiários das subvenções da USAID se oporem explicitamente o trabalho sexual e ao tráfico. Grupos de defesa de profissionais do sexo, que não têm essas políticas em vigor ou que se recusaram a assinar o compromisso, tiveram um financiamento importante perdido. Como resultado, alguns programas de disponibilização de preservativos terminaram, e alguns centros de acolhimento para profissionais do sexo foram fechados (Busza 2006).

Grupos de base comunitária no Camboja, como a Rede de Mulheres para a Unidade (WNU) - o sindicato atual das profissionais do sexo, com cerca de 6400 membros, foram diretamente afetados. A maioria das ONGs locais e internacionais que trabalham com WNU na época eram fortemente dependentes do financiamento dos Estados Unidos, e como resultado das novas estipulações, suspenderam seu apoio por medo de que a colaboração com WNU colocasse em risco o seu financiamento (Sandy 2013). Já marginalizados, os trabalhadores do sexo e seus partidários, incluindo as feministas de outras espécies (nomeadamente liberais, marxistas,

socialistas, feministas radicais), foram posteriormente empurrados ainda mais para a periferia com o discurso anti-tráfico abolicionista assolando à frente.

Em 2008, o movimento abolicionista ganhou tanto poder no Camboja que, sob pressão de os EUA e Reino Unido, o governo cambojano aprovou a "Lei para a Repressão do Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual". Esta lei anti-tráfico formalmente criminalizado e sua implementação, de acordo com WNU, foi (e continua sendo) devastadora para os trabalhadores do sexo: grandes incursões policiais começaram a tomar lugar, onde a posse de preservativo foi usado como prova de prostituição (apesar de que no final de 1990, o Camboja implementou o "Programa 100% Uso do Preservativo", no qual os proprietários e gestores de todos os estabelecimentos de entretenimento tiveram de impor o uso do preservativo como condição de sexo comercial).

De acordo com ambos, WNU e um relatório de 2010 da Human Rights Watch, intitulado "Fora das ruas: Detenção Arbitrária e outros abusos contra os trabalhadores do sexo no Camboja", muitas mulheres adultas cis e transexuais presas durante essas varreduras foram enviadas para abrigos profissionais, ou para serem reabilitadas em centros do governo onde elas enfrentaram uma série de abusos. Estes incluíram, serem forçadas a urinar nas mesmas sacolas plásticas em que seu arroz foi servido; pessoas HIV positivas tiveram negadas seus medicamentos, e as mulheres "bonitas" foram abusadas sexualmente pelos guardas penitenciários e policiais. A lei que foi feita para "salvar" e proteger as vítimas do tráfico e prostitutas - que são uma e a mesma coisa de acordo com a fusão discursiva e prática de prostituição e tráfico - na verdade, coloca muitos mais cis e mulheres transgêneros em risco de violência, ao abuso, ao estigma e a transmissão do HIV.

Outra consequência nefasta dos esforços de Somaly Mam, e os de outras feministas abolicionistas ocidentais, tem sido a criação de uma cultura de vitimização permanente para as mulheres pobres no Camboja. Mulheres pobres que vendem sexo são todas retratadas como enganadas, ingênuas, sem agência e na necessidade de serem salvas (a subjetividade conveniente para aqueles que ganham dinheiro com a indústria de recuperação). Sempre que eu ou outras feministas contestam esta construção das profissionais do sexo impotentes, em favor de uma ótica que é mais focada na agência e auto-determinação, somos informadas de que estamos simplesmente perpetuando o patriarcado; que "a aprovação das carreiras escolhidas" por essas mulheres é pouco para fundamentar suas "escolhas" na "realidade"; e que ao "retratar essas mulheres tão auto-suficientes, capazes e orientadas a carreira" estamos encobrendo os "aspectos mais desesperados, tanto de suas situações individuais e da situação das mulheres no Camboja, em geral". Aqui, o esforço 'desesperado' dessas feministas para posicionar continuamente as trabalhadoras do sexo cambojanas como impotentes e incapazes se torna claro.

Decisões das trabalhadoras do sexo para venderem sexo (dentro de um sistema sufocante de restrições de gênero), e nosso reconhecimento e respeito por essas decisões, é muito baseada na realidade. E aqui está a realidade: camboja é, de fato, uma sociedade extremamente patriarcal. As mulheres vivem em condições patriarcais opressivas associadas com rigorosos ideais de gênero, e diariamente, devem negociar os códigos morais e sociais adversos que se destinam a controlar seu comportamento

(proveniente do chpab srei - ou códio das mulheres - que foram escritos por monges e os homens de elite entre os séculos 15 e 19). Estes códigos exigem que as mulheres fiquem perto de casa, que falem em voz baixa, se vistam de forma conservadora, que não gostem de sexo, e aceitem sua posição subordinada aos homens, para que eles permaneçam 'virtuosos', e a casa permaneça pacífica.

Assim, ao sair de suas casas em busca de trabalho, oportunidade, e muitas vezes tolerando outras condições mais opressivas ou situações abusivas, elas estão quebrando muitas das regras sociais, e desafiando muitos dos códigos morais que as mantêm subordinadas e dependentes de homens . Assim, pode-se argumentar, elas, na verdade, resistem e subvertem o patriarcado - apesar de que isto ocorre muitas vezes no contexto do status quo sexual e de gênero existentes. Embora as "experiências" das trabalhadoras do sexo sejam heterogêneas e variem muito entre os setores do sexo e de entretenimento, através da utilização de homens para seus próprios benefícios materiais, algumas mulheres estão a minar o argumento de exploração unidirecional por algo como descaradamente 'explorando de volta'. E, finalmente, apesar de serem regularmente estigmatizadas como 'quebradas' e 'manchadas', muitas trabalhadoras do sexo cambojanas transgridem os limites da respeitabilidade e desafio de gênero em duplos padrões, tornando-se patroas orgulhosas e provedoras de suas famílias, apesar de que seu trabalho é considerado irrespeitável e imoral.

Essa perspectiva de auto-capacitação não é de nenhuma maneira uma tentativa de ignorar ou negar a grande violência estrutural que as mulheres no camboja devem lidar rotineiramente. Em vez disso, meu objetivo é o de salientar que as perspectivas feministas que focam continuamente na vitimização, exploração, impotência e opressão patriarcal ignoram não só a agência de mulheres, e as formas fluídas imprevisíveis que mudanças de poder em situações estruturalmente desiguais podem acontecer, mas também as maneiras em que as mulheres jovens descaradamente subvertem "o patriarcado" pelas decisões que tomam para vender sexo (decisões que muitas vezes são feitas depois de terem tentado outras formas de trabalhos com baixos salários, trabalho feminino "opressivo", tais como o trabalho de fábrica, o comércio de rua, ou o trabalho doméstico). Por serem pró-ativas e tentarem encontrar soluções para, às vezes, enfrentar profundamente as condições sociais como a violência doméstica e a pobreza, através de seu engajamento no trabalho sexual, as mulheres desafiam as perspectivas de vitimização, e interrompem o discurso global dominante que ocorre em torno de suas vidas.

No Camboja e em outros países, as trabalhadoras do sexo querem ser respeitadas nas decisões que tomam em algumas circunstâncias muito difíceis e em ambientes restritos. Nem todas elas querem ser salvas por "salvadores" que afirmam conhecer o melhor. Se o anti-trafficantes realmente querem pôr fim aos casos mais explorados, reais de exploração sexual, eles devem construir confiança e alianças com as trabalhadoras do sexo no chão que na maioria das vezes têm o acesso mais próximo a essas situações – e não tirem os seus principais meios de subsistência para a abolição da "escravidão sexual" - que é simplesmente um enquadramento impreciso das complexidades do trabalho sexual adulto.

Talvez durante este momento crítico de re-avaliação dos esforços anti-tráfico resultantes da queda do último "herói de resgate" (somaly), feministas de diferentes perspectivas possam se unir para chamar a atenção a questões mais amplas, como as desigualdades raciais, econômicas e de classe no mundo, neoliberalismo e globalização corporativa, bem como a questões mais localizadas no camboja, como as disparidades de gênero, a rápida industrialização, disputas de terras, condições de trabalho, a política governamental violenta e a corrupção. Só então as pré-condições estruturais por trás da expansão dos setores - como o sexo cambojano contemporâneos, bem como os direitos dos trabalhadores nesses setores - serão abrangidas. Só então poderão ser atendidas as necessidades e desejos das mulheres e das crianças envolvidas em casos "reais" de abuso sexual e do trabalho sexual contra sua vontade".